

Vigor
Alimentos S.A.

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2016**



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Vigor Alimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vigor Alimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vigor Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Orlando Octávio de Freitas Júnior'.

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

Vigor Alimentos S.A.

Balancos patrimoniais (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado			
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015		
ATIVO					PASSIVO						
CIRCULANTE					CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	4	419.467	317.002	602.308	561.670	Fornecedores	12a	225.732	356.908	505.670	511.236
Contas a receber de clientes	5	199.033	400.332	383.817	655.977	Fornecedores risco sacado	12b	16.518	22.493	43.303	22.493
Instrumentos financeiros derivativos	26c	—	715	480	8.365	Empréstimos e financiamentos	13	224.674	208.789	501.502	471.870
Estoques	6	21.134	145.304	367.815	326.835	Instrumentos financeiros derivativos	26c	14.909	425	15.182	4.519
Impostos a recuperar	7	71.914	95.020	298.381	189.722	Debêntures	14	119.726	128.117	119.726	128.117
Despesas antecipadas		13.294	25.407	14.031	26.528	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	15	43.277	88.270	106.135	130.194
Partes relacionadas	8	9.205	—	—	—	Dividendos declarados	18c	—	30.634	8.325	30.634
Outros ativos circulantes		27.900	16.713	46.986	26.198	Imposto de renda e Contribuição Social a pagar	17	—	—	4.741	7.018
						Outros passivos circulantes		52.323	30.067	104.959	73.964
TOTAL DO CIRCULANTE		761.947	1.000.493	1.713.818	1.795.295	TOTAL DO CIRCULANTE		697.159	865.703	1.409.543	1.380.045
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						Empréstimos e financiamentos	13	402.509	218.164	543.902	394.522
Títulos e valores mobiliários		15.000	—	22.075	—	Debêntures	14	243.248	324.423	243.248	324.423
Partes relacionadas	8	—	2.967	—	2.967	Fornecedores	12a	—	—	2.959	5.770
Depósitos, cauções e outros		27.168	23.960	31.796	34.689	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	15	183.259	209.699	183.419	209.699
Impostos a recuperar	7	154.561	96.059	182.672	99.962	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	113.646	132.004	181.323	207.318
Outros ativos não circulantes		1.630	—	1.630	—	Provisão para riscos processuais	16	9.023	8.851	25.323	24.208
						Partes relacionadas	8	—	1.185	—	—
						Outros passivos não circulantes		—	—	—	3.689
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		198.359	122.986	238.173	137.618	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		951.685	894.326	1.180.174	1.169.629
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Investimentos em controladas	9	771.434	757.348	—	—	Capital social	18a	1.347.636	1.347.636	1.347.636	1.347.636
Imobilizado	10	611.936	600.207	1.217.772	1.191.753	Reserva de lucros		232.740	258.970	232.740	258.970
Intangível	11	885.544	885.601	1.422.586	1.424.725						
		2.268.914	2.243.156	2.640.358	2.616.478			1.580.376	1.606.606	1.580.376	1.606.606
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.467.273	2.366.142	2.878.531	2.754.096	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.580.376	1.606.606	2.002.632	1.999.717
TOTAL DO ATIVO		3.229.220	3.366.635	4.592.349	4.549.391	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.229.220	3.366.635	4.592.349	4.549.391
						PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		—	—	422.256	393.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vigor Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	2.502.676	2.878.474	4.928.052	5.219.559
Custo dos produtos vendidos	23	(1.825.310)	(1.856.260)	(3.718.840)	(3.642.103)
LUCRO BRUTO		677.366	1.022.214	1.209.212	1.577.456
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	23	(140.262)	(169.360)	(230.123)	(231.623)
Com vendas	23	(434.675)	(567.889)	(835.023)	(986.614)
Resultado de equivalência patrimonial	9	23.792	36.569	—	—
Outras receitas	22	3.631	128.409	86.285	164.093
		(547.514)	(572.271)	(978.861)	(1.054.144)
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		129.852	449.943	230.351	523.312
Resultado financeiro líquido	21	(174.440)	(139.059)	(210.463)	(167.325)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(44.588)	310.884	19.888	355.987
Imposto de renda e contribuição social do exercício	17	—	—	(33.262)	(25.231)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	18.358	(92.312)	25.994	(87.978)
		18.358	(92.312)	(7.268)	(113.209)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(26.230)	218.572	12.620	242.778
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				(26.230)	218.572
Participação dos acionistas não controladores				38.850	24.206
				12.620	242.778
(Prejuízo) lucro líquido, (básico) por ação no final do exercício - em reais	20			(0,16)	1,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vigor Alimentos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(26.230)	218.572	12.620	242.778
Total do resultado abrangente	(26.230)	218.572	12.620	242.778
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da Companhia	(26.230)	218.572	(26.230)	218.572
Não controladores	—	—	38.850	24.206
	(26.230)	218.572	12.620	242.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vigor Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros				Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação não controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Legal	Lucros a realizar	Para expansão					
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2015	1.191.378	4.838	—	66.194	6.404	—	1.268.814	383.171	1.651.985
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	218.572	218.572	24.206	242.778
Aumento de capital	156.649	—	—	—	—	—	156.649	—	156.649
Capital a integralizar	(391)	—	—	—	—	—	(391)	—	(391)
Constituição de reserva legal	—	10.929	—	—	—	(10.929)	—	—	—
Constituição de reserva de lucros para expansão	—	—	—	91.904	—	(91.904)	—	—	—
Constituição de reserva de lucros a realizar	—	—	85.105	—	—	(85.105)	—	—	—
Baixa ajustes acumulados de conversão	—	—	—	—	(6.404)	—	(6.404)	—	(6.404)
Dividendos distribuídos	—	—	—	—	—	(30.634)	(30.634)	—	(30.634)
Juros sobre capital próprio pagos	—	—	—	—	—	—	—	(14.266)	(14.266)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.347.636	15.767	85.105	158.098	—	—	1.606.606	393.111	1.999.717
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	—	(26.230)	(26.230)	38.850	12.620
Reversão de reserva de lucros para expansão	—	—	—	(26.230)	—	26.230	—	—	—
Dividendos propostos	—	—	—	—	—	—	—	(8.325)	(8.325)
Juros sobre capital próprio pagos	—	—	—	—	—	—	—	(1.380)	(1.380)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.347.636	15.767	85.105	131.868	—	—	1.580.376	422.256	2.002.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vigor Alimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro líquido do período	(26.230)	218.572	12.620	242.778
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	36.341	28.515	73.872	62.069
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	1.672	5.164	2.400	6.427
Resultado de equivalência patrimonial	(23.792)	(36.569)	—	—
Custo na venda de imobilizado	15.930	9.892	18.258	25.393
Imposto de renda e contribuição social diferido	(18.358)	92.312	(25.995)	87.978
Encargos financeiros e variações cambiais	128.439	120.281	175.699	165.462
Provisão para contingências	172	3.395	1.116	6.212
Provisões para perda de ativo imobilizado	—	—	4.718	—
Ganho na aquisição de investimentos	—	(128.948)	—	(128.948)
	114.174	312.614	262.688	467.371
Varição em:				
Contas a receber	199.627	(183.304)	269.760	(146.942)
Estoques	124.170	(17.083)	(40.284)	3.096
Impostos a recuperar	58.119	3.081	(59.729)	(29.463)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(105.060)	(17.632)	(157.119)	(17.026)
Partes relacionadas	(6.238)	(1.690)	2.967	(1.690)
Fornecedores	(137.103)	211.626	25.856	152.878
Débitos com empresas ligadas	(1.185)	1.185	—	(1.330)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(68.623)	(23.675)	(43.907)	(9.081)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	177.881	285.122	260.232	417.813
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	(53.663)	(130.638)	(105.115)	(205.325)
Alienação de ativo imobilizado	2.050	—	4.663	—
Adições de ativo intangível	(3.161)	(5.101)	(5.061)	(8.798)
Dividendos e juros sobre capital próprios recebidos	1.132	13.207	—	—
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(53.642)	(122.532)	(105.513)	(214.123)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	368.337	282.426	497.351	662.740
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(347.963)	(245.179)	(557.563)	(534.752)
Pagamentos de dividendos	(30.634)	(15.701)	(30.634)	(34.183)
Pagamentos de juros sobre capital próprio	—	—	(1.380)	—
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(21.774)	21.546	(114.081)	93.805
Varição líquida no exercício	102.465	184.136	40.638	297.495
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	317.002	132.866	561.670	264.175
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	419.467	317.002	602.308	561.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vigor Alimentos S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.843.320	3.179.215	5.724.837	5.816.053
Outras receitas	19.295	117	43.525	15.076
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(1.672)	(5.164)	(2.400)	(6.427)
	2.860.943	3.174.168	5.765.962	5.824.702
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.888.414)	(1.893.833)	(3.492.651)	(3.461.289)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(457.745)	(605.260)	(898.181)	(978.583)
Outras	—	—	—	(20)
	(2.346.159)	(2.499.093)	(4.390.832)	(4.439.892)
Valor adicionado bruto	514.784	675.075	1.375.130	1.384.810
Depreciação e Amortização	(36.341)	(28.515)	(73.872)	(62.069)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	478.443	646.560	1.301.258	1.322.741
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	23.792	36.569	—	—
Receitas financeiras	53.930	21.257	80.973	63.835
Outras	82	129.033	11.953	146.519
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	556.247	833.419	1.394.184	1.533.095
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	185.025	219.265	460.423	382.545
Benefícios	30.586	33.867	73.813	59.293
FGTS	9.097	9.734	22.065	23.030
	224.708	262.866	556.301	464.868
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	6.588	140.361	40.417	262.232
Estaduais	116.173	47.127	452.914	280.593
Municipais	1.519	—	2.653	810
	124.280	187.488	495.984	543.635
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	224.493	140.820	297.949	214.880
Aluguéis	5.249	6.269	27.583	24.053
Outras	3.747	17.404	3.747	42.881
	233.489	164.493	329.279	281.814
Remuneração de capitais próprios				
(Prejuízo) lucro líquido do período atribuído aos controladores	(26.230)	218.572	(26.230)	218.572
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	—	—	38.850	24.206
	(26.230)	218.572	12.620	242.778
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	556.247	833.419	1.394.184	1.533.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A Vigor Alimentos S.A ("Vigor", "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade por ações regida por Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, tendo como objeto social a distribuição, comércio, importação e exportação de laticínios em geral, derivados de óleos de origem vegetal, massa alimentícia e bebidas em geral, além de participar como sócia em outras Sociedades.

Na Controladora

Em 20 de fevereiro de 2015 foi comunicado aos Acionistas o aumento de Capital de R\$ 156.649.368 (cento e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais) com a emissão de 13.054.114 (treze milhões, cinquenta e quatro mil, cento e quatorze) novas ações, ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, perfazendo um total de R\$ 1.348.027.780 (hum bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, vinte e sete mil e setecentos e oitenta reais) e de ações 162.768.460 (cento e sessenta e dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e sessenta ações). O percentual de diluição potencial resultante da nova emissão é de aproximadamente 8% (oito por cento). O preço de emissão foi de R\$ 12 (doze reais) por ação.

Em 02 de setembro de 2016 o Estatuto Social da Vigor foi alterado e o objeto social passou a ter a seguinte redação: (a) distribuição e comércio varejista e atacadista, importação, exportação, comissão, consignação e representação do leite e seus derivados; (b) distribuição e comércio varejista e atacadista, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos alimentícios de qualquer gênero; (c) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos agropecuários, máquinas, equipamentos, peças e insumos necessários à venda de produtos da Companhia; (d) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de vinagres, bebidas em geral, doces e conservas; (e) prestação de serviços e assistência técnica a agricultores pecuaristas rurais; e (f) a participação em sociedades no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista (holdings).

Nesse contexto, os estabelecimentos fabris anteriormente operados pela Vigor, 10 (dez) Fábricas e 03 (três) Pontos de Captação de leite, localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, foram arrendados à Dan Vigor, uma subsidiária integral da Vigor, com a incumbência de industrializar os produtos das marcas de propriedade da Vigor com fornecimento à mesma, para o fim de distribuição, nos mesmos moldes da operação adotada nos últimos 30 (trinta) anos.

Em Controladas

A Itambé, controlada direta, explora os segmentos de Refrigerados (como a controladora), e Merceria (leite em pó, leite condensado, doce de leite). Está sediada em Belo Horizonte, Minas Gerais, possui 5 fábricas - 4 delas localizadas em Minas Gerais e 1 em Goiás e 11 centros de distribuição localizados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Ceará e Distrito Federal. Tem como fornecedoras 31 cooperativas em Minas Gerais e Goiás, que agrupam aproximadamente 8.000 famílias produtoras de leite.

A Dan Vigor, controlada direta, celebrou um contrato de arrendamento mercantil operacional com a Vigor, no dia 05 de setembro de 2016, pelo prazo de 15 anos, sujeito a renovação, para industrialização de todos os produtos das marcas de propriedade da Vigor.

A Companhia detinha as seguintes participações societárias em suas controladas diretas:

	País	Participação acionária	
		2016	2015
DAN VIGOR IND.COM.LAT.LTDA	Brasil	99,99%	99,99%
ITAMBÉ ALIMENTOS S/A	Brasil	50%	50%

Fato relevante

Em 14 de novembro de 2014, a Companhia divulgou Fato Relevante anunciando ao mercado a intenção de realizar uma oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado ("OPA de Saída do Novo Mercado") e em 17 de agosto de 2015 informando ao mercado a intenção de seu controlador, FB Participações S.A., de realizar o cancelamento de registro de companhia emissora de valores mobiliários na CVM em conjunto com a saída do Novo Mercado.

Em 19 de julho de 2016 a Vigor Alimentos S.A. concluiu o leilão de oferta pública para fins de cancelamento de seu registro de companhia aberta, nos termos do edital da OPA publicado em 17 de junho de 2016. Como resultado do Leilão, a FB Participações S.A. ("Ofertante") adquiriu 348.420 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 0,21% do capital social, passando a deter 118.105.495 ações ordinárias, representativas de 72,56% do capital social da Companhia. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$25,00 (vinte e cinco reais), totalizando o valor de R\$8.710.500,00 (oito milhões, setecentos e dez mil e quinhentos reais). A liquidação da OPA ocorreu em 22 de julho de 2016, nos termos do Edital.

As ações de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas no segmento especial de negociação da BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, em 20 de julho de 2016 e em 12 de agosto de 2016 ocorreu a aprovação do cancelamento do registro de companhia aberta. A partir desta data a Vigor Alimentos passou a ser uma companhia de capital fechado e as ações de sua emissão deixaram de ser negociadas na BMF&BOVESPA.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para sua respectiva moeda funcional. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambiais positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do período.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da controlada são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"), sendo convertidas em Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas, quando aplicável. Com o registro no resultado dos efeitos da variação cambial.

2.3 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo. É reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 - Receitas, a Companhia reconhece a receita quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
 - (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
 - (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e sua controlada;
 - (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens;
 - (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.
- As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

2.4 Estimativas contábeis

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas trimestralmente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A Administração fez os seguintes julgamentos que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- (i) Provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)
- (ii) Provisão de perda estimada dos estoques (Nota 6)
- (iii) Análise da vida útil do imobilizado (Nota 10)
- (iv) Provisão para riscos processuais (Nota 16)

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

2.7 Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD

A provisão para perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para crédito de liquidação duvidosa é registrada quando há evidência objetiva que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais do contas a receber. Registra-se a provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A provisão é reconhecida na demonstração do resultado, assim como eventuais reversões. Historicamente, não foram registradas perdas significativas em contas a receber de clientes.

2.8 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, e não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando vendidos.

Provisão para obsolescência, ajuste a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês.

2.9 Investimentos em controladas

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as participações em controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

2.10 Imobilizado

- (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- (ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na nota explicativa de imobilizado (10).

2.11 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos aos testes anuais de "impairment" para avaliação e validação da recuperabilidade dos mesmos.

(i) Redução ao valor recuperável

Os itens do intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor contábil testada quando houver indicadores potenciais de perda no valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

2.12 Arrendamento mercantil

Conforme nota explicativa 1, as fábricas de propriedade da Companhia foram arrendadas para a controlada Dan Vigor. Os benefícios econômicos e financeiros da operacionalização das fábricas inicialmente são registrados nas demonstrações contábeis da controlada e, posteriormente, consolidados nas demonstrações contábeis da Companhia. Considerando que todas as decisões estratégicas da Companhia ocorrem a partir das informações consolidadas, bem como todos os direitos legais sobre as fábricas, a Administração irá demonstrar as fábricas na rubrica imobilizado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A controlada Dan Vigor divulgará todos os benefícios financeiros econômicos em suas demonstrações contábeis, informando em detalhes que as fábricas arrendadas permanecerão registradas nas demonstrações contábeis da controladora.

2.13 Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

2.14 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

2.15 Imposto de renda e contribuição social

(i) Impostos correntes:

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

(ii) Impostos diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, compensação de ágio, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes na data do balanço e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.16 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

2.17 Ativos e passivos contingentes

Nos termos do IAS 37/CPC 29, os passivos contingentes são reconhecidos quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade divulga o ativo contingente.

2.18 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 13.

2.19 Consolidação

Conforme requer o IFRS 10/CPC 36, as demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

2.20 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicional proposto", no patrimônio líquido.

2.21 Resultado por ação

Conforme requer o IAS 33/CPC 41, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

2.22 Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do período.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são "Contas a receber" e "Transações com partes relacionadas".

(iv) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros passivos circulantes e não circulantes.

(v) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

(vi) Derivativos

A Companhia e suas controladas registram e divulgam seus instrumentos financeiros e derivativos de acordo com o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRIC 9 - Reavaliação de derivativos embutidos e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros Divulgações. Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos.

2.23 Combinações de negócios

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

2.24 Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais, conforme o IFRS 8/CPC 22, é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

2.25 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP e IFRS representam informação financeira adicional.

3 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Caixas e depósitos bancários à vista	2.997	8.408	10.364	17.429
Aplicações financeiras (CDB - DI)	416.470	308.594	591.944	544.241
	419.467	317.002	602.308	561.670

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB, realizados junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100,0% a 102,5% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Duplicatas a vencer	194.587	392.284	369.899	641.845
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	4.676	5.217	10.358	10.306
De 31 a 60 dias	948	2.199	5.140	3.039
De 61 a 90 dias	272	1.958	758	2.263
Acima de 90 dias	5.868	6.447	9.797	10.385
Provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(7.318)	(7.773)	(12.135)	(11.861)
Saldo líquido de duplicatas vencidas	4.446	8.048	13.918	14.132
	199.033	400.332	383.817	655.977

A Administração acredita que os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável que estão vencidos a mais de 90 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos riscos de crédito dos respectivos clientes, incluindo as avaliações de crédito desses clientes.

Segue a movimentação da PECLD:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(7.773)	(4.989)	(11.861)	(7.811)
Adições	(1.010)	(4.956)	(3.873)	(8.420)
Baixa	1.465	2.172	3.599	4.370
Saldo final	(7.318)	(7.773)	(12.135)	(11.861)

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Produtos acabados	17.110	60.080	169.395	183.513
Produtos em processo	—	34.430	64.758	41.430
Matéria prima e insumos	528	38.916	102.429	78.464
Almoxarifado	3.496	11.878	35.153	26.664
Perdas	—	—	(3.920)	(3.236)
	21.134	145.304	367.815	326.835

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
ICMS	29.548	34.218	74.536	51.809
IPI	1.605	1.735	2.010	1.853
PIS e COFINS	187.222	136.364	382.740	205.286
IRRF	6.166	13.107	16.495	22.576
Outros	1.934	5.655	5.272	8.160
	226.475	191.079	481.053	289.684
Ativo circulante	71.914	95.020	298.381	189.722
Ativo não circulante	154.561	96.059	182.672	99.962
	226.475	191.079	481.053	289.684

ICMS

O saldo credor de ICMS a recuperar advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados.

PIS e COFINS

Refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados na produção, líquidos dos débitos apurados sobre as vendas desses produtos. A Companhia vem apurando saldo credor desses tributos em função de tributação a alíquota zero em algumas linhas de produtos como o leite, iogurtes, queijos e margarinas conforme as disposições introduzidas pela Lei 11.196/05, 11.488/07 e Medida Provisória 609. A Companhia vem compensando esses créditos com outros tributos devidos e também está em processo de homologação para pedido de ressarcimento do saldo total dos créditos.

De acordo com a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e Lei nº 10.833 de 30 de abril de 2003, a controlada Itambé efetuou a apuração das contribuições do PIS e da COFINS de forma não cumulativa, creditando-se pelas aquisições de embalagens, insumos, equipamentos industriais, e outros créditos permitidos pela legislação.

A referida legislação também permite que as pessoas jurídicas deduzam da contribuição para o PIS e COFINS, devidas em cada período de apuração, créditos presumidos calculados sobre o valor do leite adquirido de produtores rurais, cooperados pessoas físicas ou pessoas jurídicas que se enquadrem nas disposições do art. 8º da Lei nº 10.925 de 23 de julho de 2004. Os créditos totais apurados podiam ser utilizados somente para compensação de débitos do PIS e da COFINS. Com a edição da Lei nº 13.137/2015 de 19 de junho de 2015 os saldos acumulados de créditos presumidos de PIS e da COFINS e os créditos presumidos apurados mensalmente calculados sobre as aquisições do leite cru, se tornaram realizáveis, por meio de compensação com outros tributos federais e ressarcimento. Adicionalmente, a parcela do crédito acumulado, cuja origem não se dê a partir da presunção do tributo na aquisição do leite, é utilizada para a compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ou é objeto de pedido de ressarcimento.

IRRF

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ e CSLL a compensar apurado em exercícios anteriores.

8 Transações com partes relacionadas

Transações comerciais entre partes relacionadas registrados no balanço patrimonial como créditos e débitos com partes relacionadas:

CONTROLADORA	Moeda	Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
Ativo				
Arla Foods - Não circulante	U\$	-	—	2.967
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda. - Circulante	R\$	15/01/2017	9.205	—
			9.205	2.967
Passivo				
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda. - Não circulante	R\$	-	—	1.185
			—	1.185
			9.205	1.782
CONSOLIDADO				
	Moeda	Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
Ativo				
Arla Foods - Não circulante	U\$	-	—	2.967
			—	2.967

Transações comerciais entre partes relacionadas registradas no balanço patrimonial como caixa e equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e outros passivos circulantes:

CONTROLADORA	31.12.2016				
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Fornecedores	Outros passivos circulantes
Itambé Alimentos S.A.	—	—	—	(9)	—
JBS S.A.	—	58.427	—	(203)	—
Banco Original S.A.	73.400	—	—	—	(34.478)
Seara Alimentos Ltda.	—	5.427	—	(30)	—
Braslo Produtos de Carne Ltda.	—	5	—	—	—
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	—	85.955	218	(171.763)	—
FB Participações S/A	—	—	76	—	—
	73.400	149.814	294	(172.005)	(34.478)
31.12.2015					
CONTROLADORA	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Fornecedores	Outros passivos circulantes
Itambé Alimentos S.A.	—	2	—	(62.334)	—
JBS S.A.	—	321.782	—	(7.951)	—
Banco Original S.A.	28.099	—	—	—	(11.519)
Seara Alimentos Ltda.	—	21.861	—	(20)	—
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	—	168	—	(29.613)	—
FB Participações S/A	—	—	—	—	—
	28.099	343.813	—	(99.918)	(11.519)

CONSOLIDADO	31.12.2016				
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Fornecedores	Outros passivos circulantes
JBS S.A.	—	61.782	—	(9.850)	—
Banco Original S.A.	74.016	—	—	—	(34.478)
Seara Alimentos Ltda.	—	10.300	—	(140)	—
Braslo Produtos de Carne Ltda.	—	5	—	—	—
FB Participações S/A	—	—	76	—	—
	74.016	72.087	76	(9.990)	(34.478)

CONSOLIDADO	31.12.2015				
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Fornecedores	Outros passivos circulantes
JBS S.A.	—	321.782	—	(7.951)	—
Banco Original S.A.	28.099	—	—	—	(11.519)
Seara Alimentos Ltda.	—	21.863	—	(20)	—
FB Participações S/A	—	—	—	—	—
	28.099	343.645	—	(7.971)	(11.519)

2016

CONTROLADORA	Compras de matérias primas e mercadorias de revenda	Receitas de vendas	Receita com arrendamento mercantil (i)	Juros passivos	Juros ativos
Banco Original S.A.	—	—	—	(35.533)	3.097
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	(706.175)	191.524	12.357	—	—
Itambé Alimentos S.A.	(32.421)	157	—	—	—
JBS S.A.	(72.385)	99.486	—	—	—
Seara Alimentos Ltda.	(89)	198.103	—	—	—
Braslo Produtos de Carne Ltda.	—	25	—	—	—
Arla Foods	(2.374)	—	—	—	—
J&F Investimentos S.A.	—	659	—	—	—
	(813.444)	489.954	12.357	(35.533)	3.097

2015

CONTROLADORA	Compras de matérias primas e mercadorias de revenda	Receitas de vendas	Receita com arrendamento mercantil (i)	Juros passivos	Juros ativos
Banco Original S.A.	—	—	—	(19.452)	2.199
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	(178.917)	1.272	—	—	—
Itambé Alimentos S.A.	(228.461)	—	—	—	—
JBS S.A.	(72.667)	894.480	—	—	—
Seara Alimentos Ltda.	(1.077)	167.629	—	—	—
Com. e Ind. de Massas Alim. Massa Leve Ltda.	—	1.416	—	—	—
	(481.122)	1.064.797	—	(19.452)	2.199

CONSOLIDADO	2016			
	Compras de matérias primas e mercadorias de revenda	Receitas de vendas	Juros passivos	Juros ativos
Banco Original S.A.	—	—	(35.533)	3.097
JBS S.A.	(110.295)	102.841	—	—
Seara Alimentos Ltda.	(89)	213.906	—	—
Braslo Produtos de Carne Ltda.	—	25	—	—
Arla Foods	(2.374)	—	—	—
J&F Investimentos S.A.	—	659	—	—
	(112.758)	317.431	(35.533)	3.097

CONSOLIDADO	2015			
	Compras de matérias primas e mercadorias de revenda	Receitas de vendas	Juros passivos	Juros ativos
Banco Original S.A.	—	—	(19.452)	2.199
JBS S.A.	(80.852)	1.025.074	—	—
Seara Alimentos Ltda.	(1.077)	167.631	—	—
Com. E Ind. De Massas Alim. Massa Leve Ltda.	—	1.416	—	—
	(81.929)	1.194.121	(19.452)	2.199

Efeitos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado: receita financeira, receita de venda, compras de matérias primas, mercadorias para revenda e equipamentos:

(i) Receitas com arrendamentos operacionais

A Companhia firmou em 05 de setembro de 2016 um contrato de arrendamento mercantil operacional com a controlada Dan Vigor. São objetos do contrato de arrendamento operacional, parte dos imóveis e toda as instalações, maquinários e equipamentos fabris. O valor pactuado é submetido a atualização anual de acordo com a variação positiva do IGPM/FGV, a ser aplicado a partir do 13º mês e o prazo do contrato é de 15 anos. O quadro abaixo está demonstrando os valores futuros que a Controladora tem a receber:

	Controladora
Para os exercícios findos em:	
2017	34.992
2018	34.992
2019	34.992
2020	34.992
2021	34.992
Acima de 2022	341.172
Total	516.132

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração inclui a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores, por serviços nas respectivas áreas de competência, no exercício findo em 31 dezembro 2016 foi de R\$ 20.017 (14 membros) e em 2015 foi de R\$ 12.121 (16 membros).

O Diretor Comercial, Diretor de Marketing, Diretor de Administração e Controle, Finanças e RI, Diretor de Supply Chain, Diretor Industrial, 2 Diretores de Unidades de Negócio e Diretor Presidente são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

9 Investimentos em controladas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
a) Investimentos em controladas	771.434	757.348	—	—
	771.434	757.348	—	—

Informações relevantes sobre as controladas no exercício findo em 31 dezembro 2016:

	Quant. de ações (em milhares)	Participação percentual	Capital social	Patrimônio líquido	(Prejuízo) lucro líquido
Dan Vigor	23.351	100%	23.351	51.927	(15.057)
Itambé Alimentos	292.156	50%	292.156	844.510	77.698

	31.12.2015	Equivalência patrimonial	Distribuição de lucros	31.12.2016
Dan Vigor	324.880	(15.057)	—	309.823
Itambé Alimentos	432.468	38.849	(9.706)	461.611
Total	757.348	23.792	(9.706)	771.434

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas Dan Vigor e Itambé.

	31 de dezembro de 2016	
	Dan Vigor	Itambé
ATIVO		
Circulante	413.045	807.913
Não circulante	76.533	827.056
TOTAL DO ATIVO	489.578	1.634.969
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	435.842	553.561
Não circulante	1.809	236.898
Patrimônio líquido	51.927	844.510
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	489.578	1.634.969

Abaixo, demonstramos os resultados da Dan Vigor e Itambé Alimentos S.A.:

	31 de dezembro de 2016	
	Dan Vigor	Itambé
RESULTADO		
Receita operacional líquida	640.673	2.717.396
Custo dos produtos vendidos	(618.510)	(2.207.711)
LUCRO BRUTO	22.163	509.685
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(43.415)	(446.794)
Resultado financeiro líquido	(1.916)	(34.107)
Demais (despesas) receitas	(248)	82.898
Imposto de renda e contribuição social	8.359	(33.984)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(15.057)	77.698



10 Imobilizado

Controladora	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			31.12.2016	31.12.2015
Imóveis	249.953	(102.076)	147.877	163.188
Terra nua e terrenos	123.701	—	123.701	128.196
Máquinas e equipamentos	383.124	(181.216)	201.908	158.581
Instalações	157.532	(62.553)	94.979	66.491
Equipamentos de informática	15.329	(11.855)	3.474	3.670
Veículos	4.364	(4.257)	107	139
Imobilizado em andamento	6.010	—	6.010	47.045
Outros	39.415	(5.535)	33.880	32.897
	979.428	(367.492)	611.936	600.207

Movimentação do ativo imobilizado	31.12.2015	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2016
Custo					
Imóveis	261.785	1.823	(13.655)	—	249.953
Terra nua e terrenos	128.196	—	(4.495)	—	123.701
Máquinas e equipamentos	325.960	13.585	(810)	44.389	383.124
Instalações	119.684	9.640	(106)	28.314	157.532
Equipamentos de informática	13.656	1.576	(8)	105	15.329
Veículos	4.855	—	(491)	—	4.364
Imobilizado em andamento	47.045	23.679	(466)	(64.248)	6.010
Outros	37.559	10.527	(111)	(8.560)	39.415
	938.740	60.830	(20.142)	—	979.428
Depreciação					
Imóveis	(98.597)	(5.681)	2.202	—	(102.076)
Máquinas e equipamentos	(167.379)	(14.562)	725	—	(181.216)
Instalações	(53.193)	(9.466)	106	—	(62.553)
Equipamentos de informática	(9.986)	(1.877)	8	—	(11.855)
Veículos	(4.716)	(155)	614	—	(4.257)
Outros	(4.662)	(964)	91	—	(5.535)
	(338.533)	(32.705)	3.746	—	(367.492)
Líquido	600.207	28.125	(16.396)	—	611.936

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			31.12.2016	31.12.2015
Imóveis	467.940	(156.932)	311.008	349.968
Terra nua e terrenos	178.257	—	178.257	146.505
Máquinas e equipamentos	930.151	(462.526)	467.625	362.805
Instalações	281.783	(152.796)	128.987	127.876
Equipamentos de informática	38.846	(29.802)	9.044	10.003
Veículos	15.723	(6.883)	8.840	4.123
Imobilizado em andamento	74.267	—	74.267	142.159
Outros	56.419	(16.675)	39.744	48.314
	2.043.386	(825.614)	1.217.772	1.191.753

Movimentação do ativo imobilizado	31.12.2015	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2016
Custo					
Imóveis	499.574	2.015	(14.379)	(19.270)	467.940
Terra nua e terrenos	146.505	—	(4.515)	36.267	178.257
Máquinas e equipamentos	798.936	21.386	(14.877)	124.706	930.151
Instalações	271.296	10.769	(1.316)	1.034	281.783
Equipamentos de informática	36.394	4.097	(513)	(1.132)	38.846
Veículos	10.531	6.086	(1.457)	563	15.723
Imobilizado em andamento (*)	142.159	65.687	(672)	(132.907)	74.267
Outros	62.758	13.638	(9.502)	(10.475)	56.419
	1.968.153	123.678	(47.231)	(1.214)	2.043.386
Depreciação					
Imóveis	(149.606)	(9.530)	2.202	2	(156.932)
Máquinas e equipamentos	(436.131)	(37.729)	11.328	6	(462.526)
Instalações	(143.420)	(9.598)	226	(4)	(152.796)
Equipamentos de informática	(26.391)	(5.063)	502	1.150	(29.802)
Veículos	(6.408)	(1.310)	836	(1)	(6.883)
Outros	(14.444)	(3.646)	1.354	61	(16.675)
	(776.400)	(66.876)	16.448	1.214	(825.614)
Líquido	1.191.753	56.802	(30.783)	—	1.217.772

(*) O saldo de imobilizado em andamento refere-se substancialmente a projetos de melhorias das fábricas e processos produtivos.

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas discrepâncias significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2016	
	Consolidado	
	Mínima	Máxima
Imóveis	2,00%	5,00%
Máquinas e equipamentos	3,33%	10,00%
Instalações	3,33%	10,00%
Equipamentos de informática	20,00%	33,33%
Veículos	10,00%	20,00%
Outros	3,33%	33,33%

11 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ágio	875.709	875.709	1.123.962	1.123.962
Marcas e patentes	3.188	3.188	275.853	275.841
Software	6.647	6.704	22.771	24.922
	885.544	885.601	1.422.586	1.424.725

Movimentação do ativo intangível

Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Amortizações	31.12.2016
Ágio	875.709	—	—	—	875.709
Marcas e patentes	3.188	—	—	—	3.188
Software	6.704	3.579	—	(3.636)	6.647
	885.601	3.579	—	(3.636)	885.544
Consolidado	31.12.2015	Adições	Baixas	Amortizações	31.12.2016
Ágio	1.123.962	—	—	—	1.123.962
Marcas e patentes	275.841	12	—	—	275.853
Software	24.922	6.039	(497)	(7.693)	22.771
	1.424.725	6.051	(497)	(7.693)	1.422.586

Ágio

No ano de 2008, a Companhia adquiriu 100% do capital do Laticínios Serrabella Ltda, tendo apurado um ágio no valor de R\$ 1.459, que por não ter vida útil definida não é amortizado, mas todavia a sua recuperação é testada anualmente.

Em Janeiro de 2012, houve a cessão do investimento a valor contábil da JBS S.A., incluindo ágio, na S.A Fabrica de Produtos Alimentícios Vigor para capitalização na Companhia. Tal cessão ocorre em função de uma transação sob controle comum, em que a controladora JBS S.A. efetuou capitalização de R\$ 1.191.373 na Companhia, através de cessão a valor contábil de seu investimento (R\$ 330.427) e ágio (R\$ 860.946) na S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor (“Vigor”). Naquela data a Companhia tornou-se detentora de 100% do capital na Vigor, sem que tenha havido alteração no seu controle final, o qual permaneceu com a controladora JBS S.A. Os valores registrados das demonstrações contábeis da Companhia representam os valores de livros na JBS S.A. antes da transação.

Em novembro de 2012, a Vigor adquiriu 100% da Laticínios MB Ltda, tendo apurado um ágio no valor de R\$ 13.304. Em junho de 2013, a Companhia adquiriu 50% da Itambé Alimentos S.A, tendo apurado um ágio no valor de R\$ 39.358. Em fevereiro de 2015, apurou um ágio de R\$ 208.895 referente a compra de 50% da Dan Vigor.

Ágio: Conforme interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados nos da controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada).

Teste para verificação de perda do valor recuperável (impairment) do ágio

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados na produção e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam os mesmos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 10 anos e, a partir de então, considerou-se a perpetuidade do fluxo tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPC 01 R1 (R)- Redução do Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 10 anos foi de 4,5% ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de 14,1%, também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas de vendas:** As receitas foram projetadas entre 2017 e 2025, considerando os crescimentos de volumes e dinâmica de preços das diferentes categorias de produtos das Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento previsto das receitas.
- **Investimentos de capital:** Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infra-estrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos. Porém, não foram considerados investimentos para expansão.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

12 Fornecedores e fornecedores risco sacado

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Mercado Interno				
Materiais, Insumos e serviços	24.687	218.824	484.342	455.171
Produtos acabados	200.551	133.416	17.763	54.801
	225.238	352.240	502.105	509.972
Mercado Externo				
Insumos	494	4.668	6.524	7.034
	225.732	356.908	508.629	517.006
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Desmembramento:				
Passivo circulante	225.732	356.908	505.670	511.236
Passivo não circulante	—	—	2.959	5.770
	225.732	356.908	508.629	517.006

b) Fornecedores risco sacado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores risco sacado	16.518	22.493	43.303	22.493

Alguns fornecedores tem a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, junto as instituições financeiras de primeira linha. A negociação da taxa de desconto é realizada diretamente entre Banco e fornecedor, no momento da formalização de cada operação de cessão.

Em 31 de dezembro de 2016, as taxas de desconto nas operações de risco sacado desembolsadas por nossos fornecedores junto as instituições financeiras, ficaram entre 115% a 120% do CDI ao mês. Cabe enfatizar que operacionalmente e comercialmente não houve alteração no processo, e que a referida transação de risco sacado não gera alteração nos preços praticados pelos fornecedores, mantendo-se a mesma composição de preço praticado previamente à operação de risco sacado

por esses mesmos fornecedores. Adicionalmente, essa operação não trouxe qualquer outro ônus para a Companhia, todos os custos financeiros da operação ficam sob responsabilidade dos fornecedores.

13 Empréstimos e financiamentos

Passivo Circulante		Controladora		Consolidado		
Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	
Em moeda nacional						
BNDES	9,37% a.a.	14.283	14	35.415	6.888	
Capital de Giro e NCE	CDI + 1,95% a.a.	166.344	161.899	345.061	286.374	
FGPP/NPR	11,06% a.a.	41.211	43.992	111.492	120.259	
Finame	3,72% a.a.	2.535	2.685	3.085	3.211	
EXIM	8,00% a.a.	—	—	1.019	3.984	
Leasing	17,90% a.a.	60	—	552	1.202	
		224.433	208.590	496.624	421.918	
Em moeda estrangeira						
Lei 4131 - USD	3,94% a.a. (Swap a 117,18% CDI)	241	199	4.878	11.212	
PPE	2,83% a.a. (Swap a 95,50% CDI)	—	—	—	38.740	
		224.674	208.789	501.502	471.870	
Passivo Não Circulante		Controladora		Consolidado		
Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Vencimento	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Em moeda nacional						
BNDES	9,37% a.a.	15.07.2023	58.661	—	102.278	34.762
Capital de Giro e NCE	CDI + 2,52% a.a.	25.10.2020	248.082	104.719	344.538	238.521
Finame	3,54% a.a.	15.07.2024	12.333	14.847	13.653	16.706
Leasing	16,51% a.a.	17.07.2017	—	60	—	433
			319.076	119.626	460.469	290.422
Em moeda estrangeira						
Lei 4131 - USD	2,73% a.a. (Swap a 97,85% CDI)	11.09.2018	83.433	98.538	83.433	104.100
			402.509	218.164	543.902	394.522
O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:		Controladora		Consolidado		
			31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
2017			—	57.574	—	128.714
2018			224.991	149.882	291.225	191.973
2019 à 2024			177.518	10.708	252.677	73.835
			402.509	218.164	543.902	394.522

A maioria das captações de recursos da Companhia referentes à capital de giro não possuem garantias físicas e/ou garantias específicas. Especificamente nos casos de financiamentos e arrendamentos de bens, as operações são garantidas pelos ativos objetos dos financiamentos. Outras operações possuem garantias reais e/ou aval de sua controladora.

As operações a seguir estão sujeitas ao vencimento antecipado em caso da não observância do índice financeiro "Dívida Líquida/EBITDA" inferior a 4,0x em base anual e no resultado consolidado, até o final de cada contrato: (i) Nota de Crédito a Exportação (NCE) com saldo de R\$52.188, com vencimento único em 12/09/2018; (ii) Contratos Lei 4131 com saldo de R\$98.583, vencimento

último em 11/09/2018; (iii) Nota de Crédito a Exportação (NCE) com saldo de R\$50.497, com vencimento final em 12/12/2019; (iv) Cédula de Crédito Bancário (CCB) com saldo de R\$100.197, com vencimento final em 16/12/2019.

Clausula de covenants:

Índice Financeiro	Consolidado
EBITDA	304.223
Dívida Bruta	1.423.080
(-) Caixa e equivalentes de caixa	602.308
(-) Títulos e valores mobiliários - LP	22.075
Dívida Líquida	798.697
Covenant	
(/) Dívida Líquida / EBITDA	2,6
Covenants Definidos	
2016 até o vencimento	4,0x

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o EBITDA está computando o resultado do período de doze meses da Companhia e suas Controladas. Portanto, no exercício de dezembro de 2016 atingimos o índice de 2,6 x Dívida Líquida / EBITDA, que está dentro do covenants de 4,0x estabelecido para o exercício.

14 Debêntures

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Debêntures (principal)	CDI + 2,68% a.a	26.04.2020	328.000	410.000	328.000	410.000
Remuneração		26.04.2017	37.726	46.117	37.726	46.117
(-) Comissão			(2.752)	(3.577)	(2.752)	(3.577)
			362.974	452.540	362.974	452.540
Desmembramento:						
Passivo circulante			119.726	128.117	119.726	128.117
Passivo não circulante			243.248	324.423	243.248	324.423
			362.974	452.540	362.974	452.540
O vencimento do exigível a longo prazo do principal compõe-se:					Consolidado	
					31.12.2016	31.12.2015
2017					—	82.000
2018					82.000	82.000
2019					82.000	82.000
2020					82.000	82.000
					246.000	328.000

Em 29 de maio de 2013, através de Instrumento Particular de Escritura, a Companhia realizou a 1º (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, tendo como agente fiduciário a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e como banco liquidante da Emissão e escriturador mandatário o Banco Bradesco S.A. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures foi 26 de abril de 2013.

Valores e remuneração:

A Emissão foi realizada em duas séries, sendo emitidas 410 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) perfazendo o montante de R\$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais).

As séries estão assim distribuídas e remuneradas:

1º série de 310 Debêntures, perfazendo o total de R\$ 310.000.000,00 (trezentos e dez milhões de reais), remuneradas a 100% CDI + 2,75% a.a.

2º série de 100 Debêntures, perfazendo o total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), remuneradas a 100% CDI + 2,45% a.a.

Vencimentos:

O prazo de vencimento é de 7 anos contados da data de emissão (26 de abril de 2013), vencendo-se portanto em 26 de abril de 2020. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture será amortizado em 5 parcelas anuais e consecutivas a partir do 36º mês de vigência, sendo o primeiro vencimento em 26 de abril de 2016 e o último devido na data do vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 26 de abril de 2014.

Clausula de covenants:

Índice Financeiro	Consolidado
EBITDA	304.223
Dívida Bruta	1.423.080
(-) Caixa e equivalentes de caixa	602.308
(-) Títulos e valores mobiliários - LP	22.075
Dívida Líquida	798.697
Covenant	
(/) Dívida Líquida / EBITDA	2,6
Covenants Definidos	
2013	4,0x
2014	3,5x
2015 até o vencimento	3,0x

No exercício findo em 31 dezembro 2016, o EBITDA está computando o resultado do período de doze meses da Companhia e suas Controladas. Portanto, no exercício de dezembro de 2016 atingimos o Covenants de 2,6 x Dívida Líquida / EBITDA, que está dentro do índice de 3,0x estabelecido para o exercício.

Destinação dos recursos:

Os recursos foram destinados ao investimento na aquisição de 50% da Itambé Alimentos S.A., à compra de leite de produtores rurais e às atividades da Companhia relacionadas a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários.

Garantia real:

Alienação Fiduciária de Ações Ordinárias de emissão da Itambé Alimentos S.A.

15 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Salários e encargos sociais	5.157	26.679	22.020	38.604
Provisões para férias, 13º e encargos	10.012	20.674	34.160	35.471
Imposto de renda e contribuição social retido	1.174	1.378	2.604	2.300
ICMS a recolher	1.943	13.510	20.726	26.755
PIS e COFINS a recolher	2.132	911	2.574	1.155
Parcelamento Lei 11.941/2009 (a)	205.857	233.241	205.857	233.241
Outros	261	1.576	1.613	2.367
	226.536	297.969	289.554	339.893
Desmembramento				
Passivo circulante	43.277	88.270	106.135	130.194
Passivo não circulante	183.259	209.699	183.419	209.699
	226.536	297.969	289.554	339.893

a) Parcelamento de débitos Lei 11.941 de 27/05/2009

Em novembro de 2009, a Vigor aderiu ao parcelamento de débitos previstos na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e fez a opção de liquidar valores correspondentes a multas e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos na Dívida Ativa da União, com a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL próprios.

A prestação mínima proveniente do Parcelamento Excepcional de que trata os arts. 1º e 8º da MP nº 303/06 será o equivalente a 85% do valor da prestação devida no mês de novembro/2009 e de R\$ 100,00 no caso dos demais débitos da pessoa jurídica, que vencerão no último dia útil de cada mês. O prazo do parcelamento ficou em 161 parcelas vincendas.

A primeira prestação foi paga no mês em que foi formalizado o pedido de adesão em valor não inferior ao estipulado na Lei. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa Selic.

Computadas as prestações pagas durante a vigência do Paex-Parcelamento Excepcional, os débitos que compõe os saldos remanescentes dos parcelamentos serão restabelecidos à data da solicitação do parcelamento, com os acréscimos legais devidos à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, computadas as reduções de juros, as multas e do encargo legal, assim como da liquidação de juros e multa com créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

Do montante dos processos fiscais, a Companhia compensou as antecipações no montante de R\$ 3.058 efetuadas entre os anos de 2009 a 2011 referente antecipação de valor mínimo para aderir ao parcelamento conforme lei 11.941/2009.

Movimentação do parcelamento	Consolidado
	Receita Federal do Brasil
Saldos em 31.12.2015	(233.241)
Juros	(16.977)
Compensações e liquidações	44.361
Saldos em 31.12.2016	(205.857)

16 Provisão para riscos processuais

A Vigor é parte envolvida em processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível em andamento, os quais envolve responsabilidades contingentes. Os processos encontram-se em fase de defesa administrativa e/ou em trâmite na esfera judicial. Com base no posicionamento da Administração, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, a Administração da Companhia e de suas controladas mantêm provisão para contingências em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Trabalhistas	5.180	5.338	7.928	7.149
Cíveis	1.492	1.482	15.044	14.235
Fiscais e Previdenciárias	2.351	2.031	2.351	2.824
Total	9.023	8.851	25.323	24.208
Movimentação das Contingências	31.12.2015	Adições	Baixas	31.12.2016
Controladora	8.851	1.729	(1.557)	9.023
Consolidado	24.208	5.302	(4.187)	25.323

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era parte em 697 ações de natureza trabalhista. Com base na avaliação de risco feita pela Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 5.180 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nas ações em que é parte, já incluído os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. As ações, em sua maioria, são movidas por ex-empregados e os principais pedidos dizem respeito à jornada de trabalho, adicional de insalubridade e suposta ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$ 71.392 (R\$ 73.450 no consolidado).

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era parte em 164 ações de natureza cível. Na avaliação da Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a expectativa de perda é de R\$ 1.492, sendo que esse montante está provisionado. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de indenização por rescisão de contratos de representação comercial e de prestação de serviços.

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$3.394 (R\$ 3.605 no consolidado).

Processos fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era parte em 48 ações de natureza fiscal e previdenciária. Na avaliação da Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a expectativa de perda é de R\$ 2.351, sendo que esse montante está provisionado. As principais ações provisionadas são movidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI relativas ao enquadramento do Fator de Previdência e Assistência Social - FPAS e à cobrança do adicional incidente sobre as contribuições previdenciárias.

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$ 69.381 (R\$ 76.730 no consolidado). Desse montante, destacamos as principais demandas, a saber:

PIS e COFINS (R\$ 34.299) - A Companhia discute administrativamente a imposição de Autos de Infração, relativos ao ano-calendário de 2010, lançados sobre operações não sujeitas à tributação das contribuições. Foram apresentadas as impugnações e aguarda-se decisão de primeira instância administrativa.

PREVIDENCIÁRIOS (R\$ 16.830) - A Companhia discute judicialmente a exigência de débitos previdenciários regularmente compensados com créditos homologados pela Receita Federal do Brasil. Aguarda-se a remessa dos autos à Fazenda Nacional para apresentação de defesa.

ICMS/PR (R\$ 7.377) - A Companhia discute administrativamente pela manutenção de créditos presumidos do imposto em operações resguardadas pela legislação. Aguarda-se a formalização e intimação do acórdão que julgou o recurso especial da Vigor, em que foi mantida a exigência. Com a formalização da decisão administrativa terminativa para avaliação de eventuais providências na esfera judicial.

17 Imposto de renda e contribuição social

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(44.588)	310.884	19.887	355.987
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	15.160	(105.701)	(6.762)	(121.036)
Ajuste para demonstração da taxa efetiva				
(Adições) exclusões permanente:	3.198	13.389	(506)	7.828
(Adições) exclusões temporárias:	(18.358)	92.312	(25.994)	87.991
Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	155	(947)	1.277	(2.125)
Provisão participação nos lucros	7.018	(3.383)	6.698	(1.252)
Provisão de Perdas	—	14	(2.030)	(27)
Provisões para contingências	(59)	(1.154)	(380)	(1.607)
Realização da reserva de reavaliação	(2.624)	(1.787)	(2.639)	(1.807)
Compensação com Ágio	1.434	55.637	1.434	55.637
Prejuízos fiscais	(18.323)	—	(24.474)	—
Base negativa de CSLL	(6.596)	—	(8.811)	—
Ganho na apuração do valor justo - Aquisição Danvigor	—	43.842	—	43.842
Outras	637	90	2.931	(4.670)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	—	—	(33.262)	(25.217)

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração dos resultado são:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social correntes	—	—	(33.262)	(25.231)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.358	(92.312)	25.994	(87.978)
	18.358	(92.312)	(7.268)	(113.209)
Taxa efetiva	41%	30%	37%	32%

b) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo:				
Sobre diferenças temporárias	46.483	28.447	72.122	46.718
Prejuízos fiscais	28.376	10.053	34.527	10.053
Base negativa de contribuição social	10.215	3.619	12.429	3.978
Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	2.488	2.643	4.207	5.485
Provisão para contingências	3.068	3.009	8.610	8.161
Provisão para perdas	2.079	2.079	4.513	2.278
Outras provisões	257	7.044	7.836	16.763
Passivo:				
Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	160.129	160.451	253.445	254.036
Reserva de reavaliação	37.540	40.164	37.540	40.164
Mais Valia Itambé	—	—	93.316	93.585
Mais Valia MB	1.098	1.129	1.098	1.129
Ganho na aquisição de investimento (Danvigor)	43.842	43.842	43.842	43.842
Compensação de ágio	77.649	75.316	77.649	75.316
Total Líquido	113.646	132.004	181.323	207.318

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

(i) quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e

(ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

(iii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

18 Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 03 de janeiro de 2011, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada constituição da Vigor Alimentos S.A onde também os acionistas aprovaram a eleição dos primeiros membros do Conselho de Administração da Companhia. Em 2011, capital social da Companhia era de R\$ 5, dividido em 5.000 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal.

No dia 20 de janeiro de 2012, a controladora JBS S.A efetuou capitalização de R\$ 1.191.373 na Vigor Alimentos S.A, através de cessão a valor contábil de investimento (R\$ 330.427) e ágio (R\$ 860.946) na S.A.Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor e com emissão de 100.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 05 de abril de 2012, em reunião do Conselho Administrativo foi aprovado, por unanimidade, a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia, para fins de refletir o desdobramento das 100.005.000 ações ordinárias da Companhia na proporção de 1 para 1,49706860657, de forma que o capital social da Companhia passou a ser dividido em 149.714.346 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, viabilizando a Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A mediante Permuta por Ações Ordinárias de Emissão da Companhia. Conforme artigo 5º do Estatuto Social da Vigor Alimentos S.A o capital social da Companhia é de R\$ 1.191.378, dividido em 149.714.346 ações ordinárias, nominativas, e sem

valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 10.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social, o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações. A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços às empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

Em 15 de abril de 2015 encerrou-se o período para subscrição das sobras no aumento de capital da Companhia aprovado na AGE de 20 de fevereiro de 2015, como resultado, o aumento de capital foi concluído com 100% das ações subscritas. Com o referido aumento, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 1.348.027.779,71 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, vinte e sete mil, setecentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos), representado por 162.768.460 (cento e sessenta e dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentas e sessenta ações) ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor.

Foram subscritas 13.054.114 (treze milhões, cinquenta e quatro mil, cento e quatorze) ações, ao preço de emissão de R\$ 12,00 (doze reais) por ação, totalizando o valor de R\$ 156.649.368,00 (cento e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais), sendo que: (i) 32.603 (trinta e duas mil, seiscentas e três) ações, representativas de 0,25% do aumento do capital social, foram subscritas pela acionista controladora, FB Participações, em razão da cessão do direito de subscrição de sobras que assistia à Arla Foods International A/S ("Arla"); (ii) 13.021.477 (treze milhões, vinte um mil, quatrocentas e setenta e sete) ações, representativas de 99,75% do aumento do capital social, foram subscritas pela Arla, e (iii) 34 (trinta e quatro) ações, representativas de 0,0003% do aumento do capital social, foram subscritas por outros acionistas minoritários.

b) Reserva de lucro

Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro a realizar

Reserva constituída em função do ganho de participação detida com a compra dos 50% restante da empresa Dan Vigor.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

19 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	2.951.404	2.443.930	5.858.938	4.750.704
Mercado externo	96.433	877.888	147.043	1.265.194
	3.047.837	3.321.818	6.005.981	6.015.898
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	(254.995)	(173.283)	(411.039)	(251.281)
Impostos sobre as vendas	(290.166)	(270.061)	(666.890)	(545.058)
	(545.161)	(443.344)	(1.077.929)	(796.339)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.502.676	2.878.474	4.928.052	5.219.559

20 Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações do exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado atribuível aos acionistas - R\$	(26.230)	218.572
Média ponderada de ações do exercício - milhares	162.768	162.768
Média ponderada de ações em circulação - milhares	—	156.241
Resultado por lote de mil ações - Básico - R\$	(0,16)	1,40

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

21 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Resultado de variações cambiais ativas	30.819	630	45.092	10.360
Juros Ativos	23.111	19.912	42.143	38.517
	53.930	20.542	87.235	48.877
Despesas financeiras				
Resultado de variações cambiais passivas	(15.286)	(1.334)	(23.222)	(23.478)
Juros Passivos	(178.177)	(152.269)	(222.894)	(194.066)
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(8.668)	(6.288)	(12.498)	(8.281)
	(202.131)	(159.891)	(258.614)	(225.825)
Resultado das operações com derivativos	(26.239)	290	(39.084)	9.623
Resultado financeiro líquido	(174.440)	(139.059)	(210.463)	(167.325)

22 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Crédito extemporâneo - Pis e Cofins (a)	—	—	62.322	—
Outras Receitas (despesas)	3.631	128.409	23.963	164.093
	3.631	128.409	86.285	164.093

(a) Crédito extemporâneo de Pis e Cofins

As Leis nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833 de 30 de abril de 2003, permitem que as pessoas jurídicas deduzam da contribuição para o Pis e Cofins devidas em cada período de apuração, créditos presumidos calculados sobre o valor do leite adquirido de produtores rurais, cooperados pessoas físicas ou pessoas jurídicas que se enquadrem nas disposições do art. 8º da Lei nº 10.925 de 23 de julho de 2004. Os créditos extemporâneos apurados em 2016 totalizam R\$ 62.322.

23 Despesas por natureza

A Companhia apresenta a seguir o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza e função:

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Depreciação e amortização	(36.341)	(28.515)	(73.872)	(46.060)
Despesas com pessoal	(245.725)	(262.866)	(515.564)	(341.061)
Matéria prima, materiais de uso e consumo, fretes e serviços	(1.948.115)	(2.104.906)	(3.630.249)	(4.192.807)
Impostos, taxas e contribuições	227.974	174.885	398.372	111.977
Remuneração de capitais de terceiros	(191.263)	(164.493)	(285.697)	(191.694)
Outras receitas e despesas	(353.794)	(181.695)	(801.154)	(203.927)
	(2.547.264)	(2.567.590)	(4.908.164)	(4.863.572)

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo dos produtos vendidos	(1.825.310)	(1.856.260)	(3.718.840)	(3.642.103)
Despesas com vendas	(434.675)	(567.889)	(835.023)	(986.614)
Administrativas e gerais	(140.262)	(169.360)	(230.123)	(231.623)
Resultado financeiro líquido	(174.440)	(139.059)	(210.463)	(167.325)
Resultado de equivalência patrimonial	23.792	36.569	—	—
Outras receitas e (despesas) operacionais	3.631	128.409	86.285	164.093
	(2.547.264)	(2.567.590)	(4.908.164)	(4.863.572)

24 Segmentos operacionais

A Administração Vigor definiu os segmentos operacionais do grupo com base nos relatórios utilizados pela diretoria na tomada de decisão estratégica dos negócios. A partir do investimento na Itambé Alimentos S.A., e consequente consolidação de 100% do resultado da empresa nas Demonstrações contábeis da Companhia, uma nova estrutura de segmentos operacionais para acompanhamento do desempenho do negócio se fez necessário. Esses segmentos passaram a ser:

Refrigerados:

Leite UHT: Os principais produtos são Leite UHT integral, semi-desnatado e desnatado.

Lácteos: Os principais produtos iogurtes líquidos e batidos, petit suisse, leite fermentado, sobremesas, queijos parmesão, queijos finos, requeijão, fondue e cremes.

Spreads: Os principais produtos são margarinas, manteigas, maionese, blends e óleos.

Mercearia:

Secos: Os principais produtos são leite em pó, leite condensado, e doce de leite;

Outros: Os principais produtos são chantilly spray, achocolatado, sucos e massas.

Os ativos e passivos por segmento de negócio não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise para tomada de decisão estratégica por parte da Diretoria. Ainda por esse motivo, as linhas de "Despesas e Receitas Operacionais", "Resultado financeiro" e "Imposto de renda e contribuição social" também não são alocadas por segmentos de negócios.

	Consolidado		
	2016		
	Refrigerados	Mercearia	Total
Receita operacional líquida	3.264.505	1.663.547	4.928.052
Custo dos produtos vendidos	(2.409.749)	(1.309.091)	(3.718.840)
Lucro Bruto	854.756	354.456	1.209.212

	Consolidado		
	2015		
	Refrigerados	Mercearia	Total
Receita operacional líquida	2.920.827	2.298.732	5.219.559
Custo dos produtos vendidos	(1.937.512)	(1.704.591)	(3.642.103)
Lucro Bruto	983.315	594.141	1.577.456

25 Cobertura de seguros

No quadro abaixo está demonstrada a cobertura de seguros da Companhia em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora	Consolidado
Automóveis	100	600
Responsabilidade civil	50.000	52.000
Riscos operacionais	150.000	248.000
	200.100	300.600

26 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, riscos de créditos, taxas de juros e risco de liquidez.

a) Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Nossas estratégias compreendem análises das demonstrações contábeis de nossos clientes e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

b) Riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nas despesas relacionadas aos empréstimos e financiamentos ou da redução dos rendimentos atrelados às aplicações financeiras, considerando as flutuações de taxas de mercado. Este risco é monitorado através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI.

Exposição à taxa CDI:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo				
CDB	431.470	308.594	614.019	544.241
Passivo				
Empréstimos - CDI	(498.100)	(183.906)	(777.910)	(388.862)
Debêntures	(362.974)	(452.540)	(362.974)	(452.539)
Total	(429.604)	(327.852)	(526.865)	(297.160)

Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós fixadas, sendo as taxas pós fixadas por CDI, sendo assim, a administração de uma maneira geral entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no seu resultado.

c) Riscos de taxas de câmbio

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

O risco é decorrente de variação cambial sobre empréstimos, contas a receber e a pagar em moedas estrangeiras decorrentes de exportações e importações, e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira em relação à moeda funcional da Companhia.

A seguir são apresentados os ativos e passivos, da Companhia, expostos a riscos de variação cambial em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como os efeitos dessas contas no resultado do período :

			Efeitos no resultado
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016
EXPOSIÇÃO - CONTROLADORA			
OPERACIONAL			
Contas a receber - US\$	894	—	(118)
Partes relacionadas - US\$	—	—	(2)
Subtotal	894	—	(120)
Empréstimos - US\$	(83.674)	(98.737)	15.104
Fornecedores - US\$	(494)	(4.668)	549
Subtotal	(84.168)	(103.405)	15.653
Total da exposição	(83.274)	(103.405)	15.533
DERIVATIVOS			
Contratos de SWAP	98.583	98.448	—
SWAP - Ativo	—	715	—
SWAP - Passivo	(14.909)	(425)	(15.104)
Total de derivativos	83.674	98.738	(15.104)
Exposição líquida	400	(4.667)	429
EXPOSIÇÃO - CONSOLIDADO			
OPERACIONAL			
Contas a receber - US\$	2.928	—	(9)
Partes relacionadas - US\$	—	—	(2)
Outros ativos - US\$	2.234	—	(407)
Subtotal	5.162	—	(418)
Empréstimos - US\$	(88.311)	(115.312)	21.825
Fornecedores - US\$	(6.524)	(7.034)	450
Subtotal	(94.835)	(122.346)	22.275
Total da exposição	(89.673)	(122.346)	21.857
DERIVATIVOS			
Contratos de SWAP	103.013	112.648	—
SWAP - Ativo	480	8.365	480
SWAP - Passivo	(15.182)	(4.519)	(22.305)
Total de derivativos	88.311	116.494	(21.825)
Exposição líquida	(1.362)	(5.852)	32

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2016, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos:

Risco de câmbio

Exposição - Controladora	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Apreciação de 25%	Cenário (III) Apreciação de 50%
Operacional	Apreciação do R\$	—	100	200
		—	100	200
Premissa	Câmbio	3,2591	4,0739	4,8887

Exposição - Consolidado	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Apreciação de 25%	Cenário (III) Apreciação de 50%
Operacional	Apreciação do R\$	—	(341)	(681)
		—	(341)	(681)
Premissa	Câmbio	3,2591	4,0739	4,8887

d) Riscos de crédito

A Companhia está potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber, aplicações financeiras e contratos de proteção. No caso de contas a receber, as estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, limites de créditos, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas à órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Crédito que se reúne periodicamente com as áreas comerciais para análise e controle da carteira.

Os parâmetros utilizados são baseados nos fluxos diários de informações de monitoramento de operações que identificam acréscimo de volumes de compras no mercado, eventuais inadimplências, cheques sem fundos, e protestos ou ações movidas contra os clientes. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito e configuração de status conferidos individualmente a cada cliente e trava automática de faturamento em caso de inadimplência, limite excedido ou ocorrência de informação restritiva.

A Diretoria de Administração e Controle acompanha as operações que têm como contrapartida instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), monitorando limites de exposição definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

A companhia possuía em 31 de dezembro de 2016 aplicações financeiras com saldos superiores a R\$ 10.000 com as seguintes instituições financeiras: Banco Original S.A., Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Safra, Banco Santander, Bank of China, Banco Itaú e BNP Paribas.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	434.467	317.002	624.383	561.670
Contas a receber de clientes	5	199.033	400.332	383.817	655.977
Instrumentos financeiros derivativos	27c	—	715	480	8.365
Créditos com empresas ligadas	8	9.205	2.967	—	2.967
		642.705	721.016	1.008.680	1.228.979

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia encontrará dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos sócios, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A administração da liquidez da Companhia e de suas controladas é feita levando em consideração principalmente o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades e investimentos divididos pela dívida de curto prazo.

Com base na análise desses indicadores, define a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e de suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem esperados.

Os índices de liquidez (consolidado) estão demonstrados abaixo:

	Notas	Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	602.308	561.670
Empréstimos e financiamentos no curto prazo	13	501.502	471.870
Indicador de liquidez modificado		1,20	1,19

CONTROLADORA

31 de dezembro de 2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor contábil
Fornecedores	225.732	—	—	—	225.732
Fornecedores risco sacado	16.518	—	—	—	16.518
Empréstimos e financiamentos	224.674	224.991	177.518	—	627.183
Debêntures	119.726	82.000	164.000	—	365.726
(-) Custo Financeiro c/ Debêntures	(619)	(826)	(1.307)	—	(2.752)
TOTAL	586.031	306.165	340.211	—	1.232.407

CONSOLIDADO

31 de dezembro de 2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor contábil
Fornecedores	505.670	2.959	—	—	508.629
Fornecedores risco sacado	43.303	—	—	—	43.303
Empréstimos e financiamentos	501.502	291.225	252.677	—	1.045.404
Debêntures	119.726	82.000	164.000	—	365.726
(-) Custo Financeiro c/ Debêntures	(619)	(826)	(1.307)	—	(2.752)
TOTAL	1.169.582	375.358	415.370	—	1.960.310

f) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

g) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	4	434.467	317.002	624.383	561.670
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	5	199.033	400.332	383.817	655.977
Instrumentos financeiros derivativos		—	715	480	8.365
Créditos com empresas ligadas	8	9.205	2.967	—	2.967
Total		642.705	721.016	1.008.680	1.228.979
Passivos					
Passivos pelo custo amortizado					
Fornecedores	12.1	225.732	356.908	508.629	517.006
Fornecedores risco sacado	12.2	16.518	22.493	43.303	22.493
Empréstimos e financiamentos	13	627.183	426.953	1.045.404	866.392
Instrumentos financeiros derivativos	27c	14.909	425	15.182	4.519
Debêntures	14	362.974	452.540	362.974	452.540
Débitos com empresas ligadas	8	—	1.185	—	—
Total		1.247.316	1.260.504	1.975.492	1.862.950

Durante o período não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas no quadro acima.

h) Valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com o IFRS 7/ CPC 40, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia de valor justo

	Valor contábil em 31 de dezembro de 2016		
	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixas e depósitos bancários a vista	2.997	—	—
Aplicações financeiras	—	416.470	—
	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixas e depósitos bancários a vista	10.364	—	—
Aplicações financeiras	—	591.944	—
	Valor contábil em 31 de dezembro 2015		
	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixas e depósitos bancários a vista	8.408	—	—
Aplicações financeiras	—	308.594	—
	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixas e depósitos bancários a vista	17.429	—	—
Aplicações financeiras	—	544.241	—

Valor justo versus valor contábil

Os empréstimos e financiamentos, apresentados no quadro a seguir, incluem os valores de capital de giro em Reais conforme demonstrados detalhadamente na nota explicativa nº 13. Na opinião da Administração os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos respectivos valores de custos amortizados, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos. Esses empréstimos e financiamentos estão atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das Demonstrações Contábeis, portanto o saldo devedor está reconhecido por um montante próximo ao seu valor justo. Como não existe mercado ativo para tais instrumentos, as diferenças que poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente seriam em montantes não representativos.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Controladora	Nota	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	2.997	2.997	8.408	8.408
Aplicações financeiras	4	416.470	416.470	308.594	308.594
Instrumentos financeiros derivativos	27c	—	—	715	715
Contas a receber de clientes	5	199.033	199.033	400.332	400.332
Créditos com empresas ligadas	8	9.205	9.205	2.967	2.967
Ativos financeiros totais		627.705	627.705	721.016	721.016
Fornecedores	12.1	225.732	225.732	356.908	356.908
Fornecedores risco sacado	12.2	16.518	16.518	22.493	22.493
Instrumentos financeiros derivativos	27c	14.909	14.909	425	425
Empréstimos e financiamentos	13	627.183	627.183	426.953	426.953
Passivos financeiros totais		884.342	884.342	806.779	806.779
		(256.637)	(256.637)	(85.763)	(85.763)

Consolidado	Nota	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	10.364	10.364	17.429	17.429
Aplicações financeiras	4	591.944	591.944	544.241	544.241
Contas a receber de clientes	5	383.817	383.817	655.977	655.977
Instrumentos financeiros derivativos	27c	480	480	8.365	8.365
Créditos com empresas ligadas	8	—	—	2.967	2.967
Ativos financeiros totais		986.605	986.605	1.228.979	1.228.979
Fornecedores	12.1	508.629	508.629	517.006	517.006
Fornecedores risco sacado	12.2	43.303	43.303	22.493	22.493
Empréstimos e financiamentos	13	1.045.404	1.045.404	866.392	866.392
Instrumentos financeiros derivativos	27c	15.182	15.182	4.519	4.519
Passivos financeiros totais		1.612.518	1.612.518	1.410.410	1.410.410
		(625.913)	(625.913)	(181.431)	(181.431)

Os empréstimos e financiamentos, apresentados no quadro acima, incluem os valores de capital de giro em Reais, conforme demonstrados detalhadamente na nota explicativa nº 13. Na opinião da Administração os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos respectivos valores de custos amortizados, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos. Esses empréstimos e financiamentos estão atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das Demonstrações Contábeis.

DIRETORIA EXECUTIVA

Gilberto Meirelles Xandó Baptista
Diretor Presidente

Victor Hugo Machado
Diretor Financeiro Administrativo e de Relação com Investidores

Ursula Carolina Agra Dias
Contador CRC: 1SP245844/O-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wesley Mendonça Batista
Presidente do Conselho

Joesley Mendonça Batista

Gilberto Tomazoni

Steffen Andersen